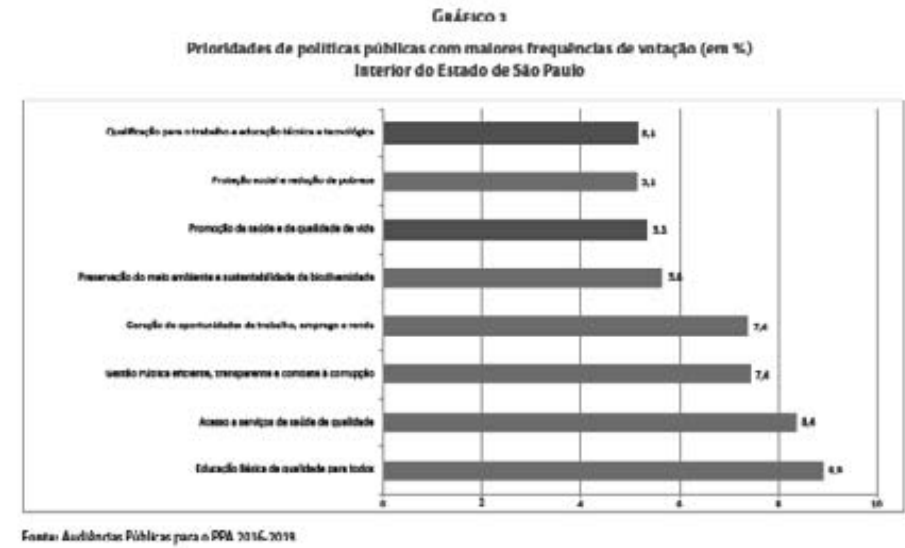




Tendências demográficas: condicionantes e oportunidades

As transformações demográficas por que passa São Paulo no início deste século XXI já estão provocando impactos importantes sobre diversas dimensões da sociedade e, especialmente, sobre a demanda por serviços públicos.⁴ Antecipar-se a esses efeitos e aproveitar as oportunidades que oferecem é de extrema relevância para o Governo e não podem ser desconsiderados neste PPA.

A contínua redução das taxas de fecundidade e de mortalidade deve continuar influenciando as mudanças demográficas e levando à consolidação do processo de transição demográfica. Nessa transição, o crescimento populacional tende a ser cada vez menor e a estrutura etária da população a se alterar suavemente, com sistemática redução da parcela de crianças e jovens e aumento da participação de idosos. Deles projeções da Fundação Seade, em 2020, a população de São Paulo será de 44,6 milhões de habitantes, representando incremento de 1,6 milhão de pessoas em relação à população de

2015. Em 2030, a população projetada para o Estado é de 46,8 milhões de habitantes. Essas projeções indicam que a desaceleração do crescimento populacional deverá permanecer, com grande probabilidade de crescimento muito próximo de zero até 2040 e negativo no final da metade desse século.

As mudanças na composição etária da população mostram que a janela de oportunidades, decorrente do chamado bônus demográfico, está se fechando. A população infantil, na faixa etária inferior a 15 anos, vem se reduzindo ao passo que a população idosa (65 anos ou mais) tem se ampliado e deverá fazê-lo com intensidade ainda maior a partir de 2020 (Gráfico 3). Também para o grupo etário de 15 a 29 anos, a projeção é decrescente. A população em idade ativa, na faixa entre 15 e 64 anos, terá sua participação na população reduzida de 71,5% em 2015 para 70,8% em 2020 e 68,6% em 2030.

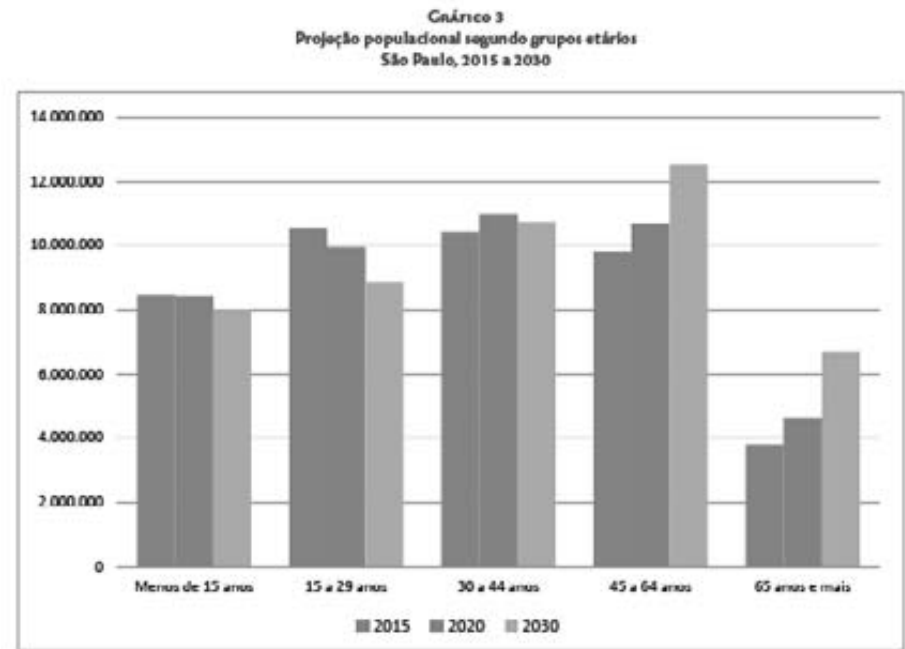
A dinâmica populacional, seja em seu aspecto global, seja em sua composição etária, deve afetar profundamente o mercado de trabalho e reorientar as demandas sociais, principalmente nas áreas de educação e saúde.

⁴ Ver a respeito Torres, H. C. e Waldvogel, B. C. "O impacto da agenda demográfica nas políticas de educação, emprego e saúde no Estado de São Paulo". *Primeira Análise*, n. 6. São Paulo: Fundação Seade, setembro de 2013.

De fato, esse processo já está em curso, requerendo do poder público um planejamento adequado de suas políticas para atender às necessidades que se impõem e, também, para aproveitar algumas oportunidades que se abrem ao longo desse processo.

Considerando a diminuição da população infantil, dois efeitos são esperados. De um lado, mesmo sem a ampliação das vagas existentes no sistema escolar, as taxas de cobertura no ensino infantil devem tender à universalização, no médio prazo. De outro lado, quando considerados os critérios de repasse de recursos com base em número de matrículas na rede pública – pre-

vistas nos dispositivos do Fundeb –, o valor disponível por aluno/ano tende a crescer mesmo que a arrecadação não varie em termos reais⁵. Essas mudanças representam oportunidades para melhorar as condições de financiamento da educação, viabilizando avanços rumo à universalização do atendimento escolar e à melhoria da qualidade do ensino. Nessa perspectiva, a transição demográfica, juntamente com as ações governamentais, contribui para ampliar as chances de alcançar as metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação, este ainda em projeto, notadamente no que diz respeito ao acesso e permanência dos jovens no ensino médio.



⁵ O montante de recursos desse fundo é distribuído com base no número de matrículas na rede de ensino. A queda das taxas de fecundidade implica a redução de sua base de distribuição. Logo, independentemente do aumento das receitas disponíveis (decorrente da melhoria da condição fiscal e do crescimento econômico), o valor por aluno/ano cresce à despeito porque será menor o número de crianças.

Enquanto a área educacional pode ser beneficiada pelos movimentos demográficos, a da saúde tende a ser cada vez mais pressionada pelas crescentes demandas associadas ao envelhecimento da população. Entre 2015 e 2020, a população com 65 anos ou mais aumentará em cerca de 800 mil pessoas no Estado de São Paulo. Já no período de 2020 a 2030, o aumento deve ser de aproximadamente dois milhões de pessoas. Portanto, os gastos com saúde pública e/ou privada devem elevar-se substancialmente no curto e no longo prazo, tendo em vista a maior demanda por serviços de saúde associada a esse segmento populacional, que tendem a ser mais longos, complexos e custosos do que os requeridos por estratos populacionais mais jovens. O mesmo se pode afirmar das necessidades de assistência social, ampliadas em face do aumento do número de idosos que moram sozinhos, reflexo da redução da fecundidade e do tamanho das famílias. Nesse sentido, mesmo com ações voltadas ao aumento da produtividade do sistema de saúde pública ou da melhor eficiência nos programas assistenciais, o envelhecimento populacional pressionará de forma crescente os gastos nessas áreas, representando um desafio contínuo para as políticas governamentais.

É provável que os efeitos da mudança demográfica também sejam expressivos sobre o mercado de trabalho. A redução do ritmo de crescimento populacional implica a redução do ritmo de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). A população na faixa etária entre 30 e 64 anos ainda crescerá entre 2015 e 2020, mas a população jovem, com idade entre 15 e 29 anos, deverá reduzir-se em cerca de 600 mil pessoas, em São Paulo. Apesar do ritmo relativamente lento das mudanças, essas tendências podem provocar aumento do custo da mão de obra devido à redução global da oferta de trabalho.

Além disso, com o aumento da longevidade, a parcela mais idosa da PEA deverá permanecer ativa por mais tempo, isso pode afetar a eficiência produtiva em função dos efeitos do envelhecimento sobre as habilidades cognitivas da força de trabalho, principalmente aquelas ligadas à percepção e aprendizagem, que são importantes para introduzir inovações no processo produtivo. Ou seja, mesmo com a incorporação dos jovens – que tendem a ser mais escolarizados que seus antecessores – nas atividades produtivas, sua participação relativa na força de trabalho deverá ser decrescente.

TABELA 1						
Projeção da variação populacional por grupos etários						
Regiões Administrativas, 2015-2020						
Regiões Administrativas	Grupos etários					Total
	Menos de 15 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 64 anos	65 anos e mais	
Araçatuba	-1.542	-12.732	6.705	14.264	13.980	20.675
Barretos	-3.217	-10.005	5.770	7.031	7.115	6.694
Bauru	-4.739	-15.543	14.605	19.333	19.597	33.253
Campinas	3.531	-101.190	126.538	154.787	133.291	316.957
Central	-2.674	-20.734	17.558	10.710	18.310	32.175
Franca	-3.993	-11.871	11.510	14.001	13.914	23.561
Itapeva	-5.065	-2.399	1.692	8.245	7.972	10.445
Marília	-4.432	-15.198	8.034	14.741	16.797	19.942
Presidente Prudente	-5.838	-12.326	5.610	12.818	14.094	14.358
Regbuu	-3.699	1.503	-1.630	3.675	3.980	3.829
Ribeirão Preto	-344	-24.046	35.942	29.647	25.469	66.668
São José do Rio Preto	-1.546	-29.553	21.717	25.401	27.452	43.571
São José dos Campos	660	-27.204	29.466	51.907	51.330	106.159
Sorocaba	-1.198	-23.868	42.864	55.238	44.385	117.421
São Paulo	2.453	-300.355	167.777	446.930	378.290	695.095
Santos	4.083	-3.652	18.853	30.880	32.377	82.541
Total	-29.570	-609.177	515.031	908.707	808.353	1.593.344

Fonte: Fundação Seade.

para os países em desenvolvimento, em função dos baixos preços das commodities e do cenário de maior restrição fiscal e financeira em alguns países. Suas projeções, para o período 2016-2017, são de crescimento médio anual de 3,2% para a economia mundial, de 5,3% para os países em desenvolvimento e de 1,5% para o Brasil (Gráfico 4).

Após a crise financeira de 2008-2009, os países desenvolvidos buscaram ajustar suas políticas macroeconômicas, priorizando a austeridade fiscal como condição para a retomada do crescimento. A despeito de turbulências econômicas conjunturais, o ajuste nesses países foi realizado com relativo sucesso e suas economias voltaram a crescer, embora com taxas mais modestas e com grande variabilidade entre si. O principal destaque é o crescimento da economia americana, próximo a 3% ao ano, perante uma expansão mais moderada da área do Euro e do Japão (cerca de 1,5% ao ano). Entre 2012 e 2014, os países de alta renda cresceram 1,5% ao ano e projetase que suas economias deverão se expandir a 2,3% ao ano, entre 2016 e 2017. Considerando tal perspectiva e o arrefecimento da atividade econômica nos países em

Nessas circunstâncias, buscar o incremento da produtividade do trabalho é o melhor caminho para contrabalançar os efeitos econômicos da mudança demográfica. Neste aspecto, as políticas estaduais de formação e qualificação profissional, bem como de inovação e tecnologia, devem assumir um papel cada vez mais relevante nos programas governamentais voltados ao desenvolvimento econômico.

Outro aspecto vinculado à transição demográfica diz respeito à heterogeneidade da sua distribuição no espaço paulista (Tabela 1). A redução da população infantil (menos de 15 anos), ainda que pouco expressiva no período 2015-2020, ocorrerá de forma mais intensa em algumas Regiões Administrativas (RAs), como de Sorocaba e de Itapeva. Contudo, nas Regiões Administrativas de Santos, Campinas e São Paulo haverá crescimento desse grupo populacional. Já a redução da população jovem (15 a 29 anos) e o aumento da população mais envelhecida tendem a se concentrar nas RAs de São Paulo e Campinas, nos próximos anos. Portanto, a dimensão territorial da mudança demográfica também constitui elemento a ser incorporado nos condicionantes das políticas discutidos anteriormente.

Importa reconhecer que as potenciais transformações socioeconômicas vinculadas à transição demográfica devem se acentuar a partir de 2020, portanto, num ciclo adiante deste PPA. Entretanto, é fundamental a incorporação dessas macrotendências no planejamento das políticas governamentais para o horizonte 2016-2019. Embora as perspectivas de ampliação de recursos para atender às demandas crescentes sejam mais limitadas no contexto do ciclo econômico do presente PPA, como discutido à frente, o Governo do Estado de São Paulo está atento aos desafios e oportunidades resultantes da dinâmica demográfica e responderá adequadamente a ambos, por meio de seus programas e ações estratégicas.

Tendências econômicas: condicionantes e oportunidades

As perspectivas econômicas para o período deste PPA – 2016-2019 – apontam para um ritmo de crescimento moderado na economia mundial e baixo no cenário nacional. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), os próximos anos serão caracterizados por uma fase de desaceleração do crescimento, principalmente

desenvolvimento, o ciclo de crescimento mundial nos próximos anos deve ser caracterizado por taxas de variação positivas, porém mais modestas que as registradas no período anterior à crise de 2009.

No cenário nacional, constata-se que a economia brasileira passa por um período recessivo, com forte queda da confiança dos agentes econômicos, levando à redução do consumo e do investimento e, com eles, do nível de emprego. As políticas macroeconômicas praticadas nos últimos anos deterioraram as contas públicas e colocaram em risco o crescimento e a estabilidade de preços no País. A taxa de inflação ultrapassou o teto da meta e apresenta perigosa aproximação da marca de dois dígitos. O quadro geral para 2015 aponta para uma recessão econômica com taxa de inflação elevada. A recuperação do crescimento econômico e a estabilização dos preços impõem a necessidade de ajustes estruturais no campo das políticas fiscal e monetária.

A diferença em relação à retração de 2009, no rastro da crise internacional, é que agora as causas da cri-